



ACOMPANHE A CPI DA DÍVIDA PÚBLICA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

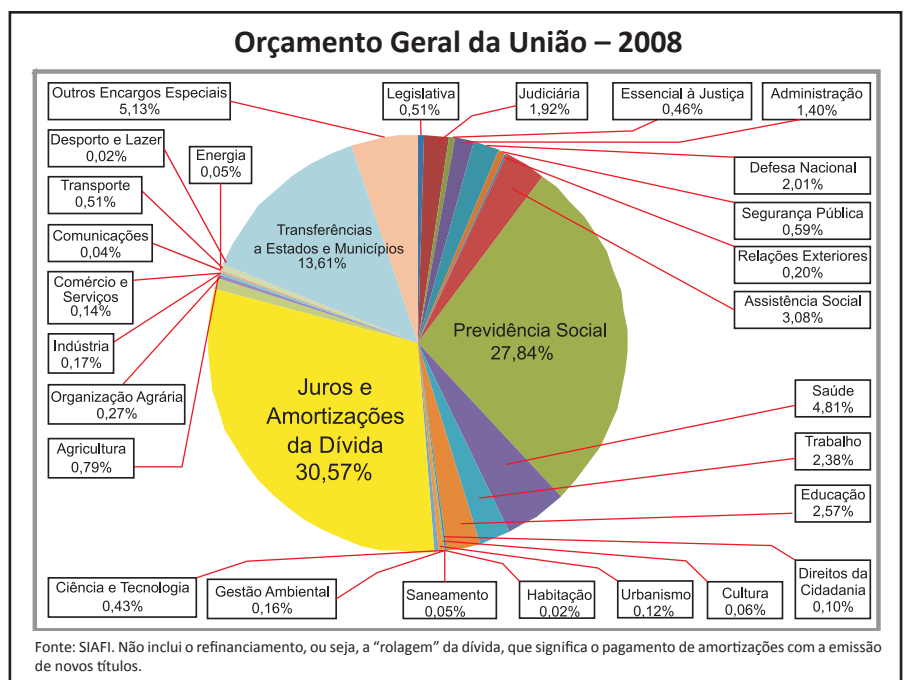
Saiba como o endividamento público brasileiro afeta diretamente sua vida: enquanto a maioria dos recursos é destinada ao pagamento dos juros da dívida, faltam recursos para saúde, educação, segurança e investimentos geradores de empregos. A CPI é uma grande oportunidade para conhecer a verdade sobre a dívida, mas a sociedade precisa exigir o cumprimento da Constituição Federal e a realização de ampla e profunda auditoria dessa dívida.

Dia 19 de agosto de 2009 foi um dia histórico na luta pela auditoria oficial da dívida pública brasileira, prevista na Constituição Federal de 1988 e reivindicada há muitos anos pelos movimentos sociais brasileiros, especialmente pela “Auditoria Cidadã da Dívida”, campanha iniciada após a realização do Plebiscito Nacional da Dívida no ano 2000, que contou com a participação de mais de 6 milhões de brasileiros de todo o país.

Nesta data foi instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito da Dívida Pública (CPI da Dívida), que tem por objetivo “investigar a dívida pública da União, estados e municípios, o pagamento de juros, os beneficiários destes pagamentos e o seu monumental impacto nas políticas sociais e no desenvolvimento sustentável do país.”

Em 2008, tais pagamentos para a Dívida consumiram 30,57% dos recursos federais. Enquanto isso,

áreas sociais fundamentais recebem parcelas muitas vezes inferiores, como no caso da Saúde (4,81%) e Educação (2,57%).



CRISE ECONÔMICA:

MOMENTO CRUCIAL PARA A AUDITORIA DA DÍVIDA

Devido à queda na arrecadação tributária, aprofundaram-se os cortes de gastos sociais, mas os pagamentos da dívida são mantidos religiosamente. Neste processo, as transferências obrigatórias de recursos da União para estados e municípios têm sido fortemente afetadas, sofrendo drásticas reduções. Apesar de sofrer tais reduções, os entes federados continuam tendo

de arcar com os pesados pagamentos de questionáveis dívidas financeiras com a União, e tais recursos são integralmente utilizados para o pagamento de dívidas junto ao setor financeiro, que nunca foram auditadas, como determina a Constituição Federal de 1988.

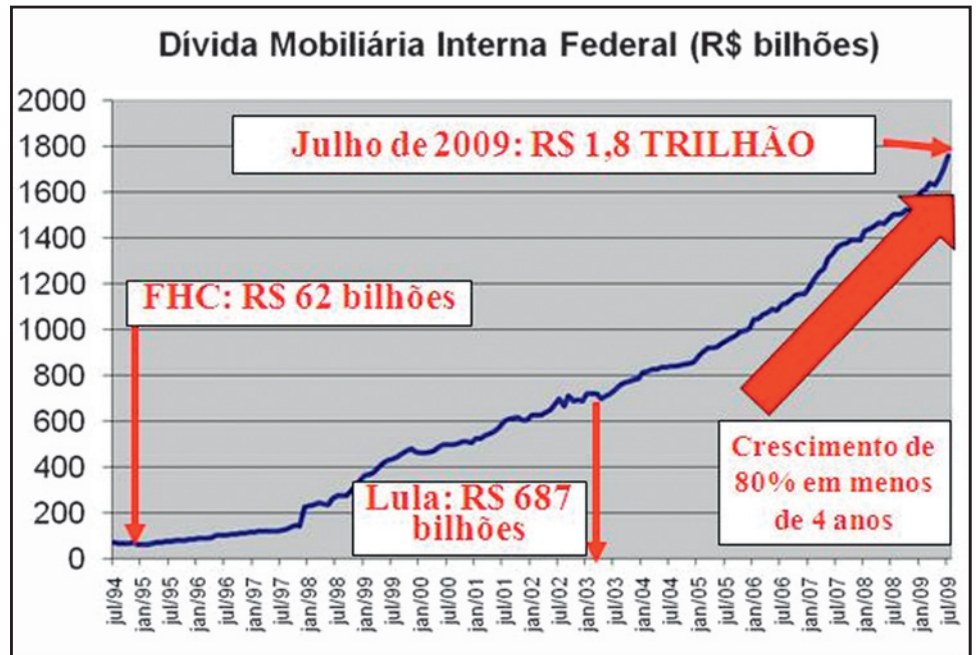
Em 2008, os estados e municípios pagaram R\$ 30 bilhões de dívidas à União.

QUE DÍVIDA É ESSA? COMO CHEGAMOS A ESTE PONTO?

Nos últimos anos, a dívida interna explodiu, chegando a R\$ 1,8 TRILHÃO em julho de 2009.

Somente nos primeiros 7 meses de 2009, a dívida interna federal aumentou quase R\$ 200 BILHÕES!!!

- Quais os critérios para o estabelecimento de altíssimas taxas de juros pelo Banco Central?
- Qual o peso das avaliações do mercado financeiro neste processo?
- Que outros fatores contribuíram para esta explosão da dívida?
- Qual a contrapartida desta dívida, em termos de desenvolvimento nacional?
- Quem são os credores desta dívida? Quem se beneficia desse processo e quem paga a conta?
- Porque a dívida continua crescendo aceleradamente,



- te, apesar dos vultosos pagamentos?
- Quais políticas alternativas poderiam ter sido implementadas para evitar esta sangria?

CABE À CPI DA DÍVIDA BUSCAR AS RESPOSTAS, QUE SÓ PODERÃO SER OBTIDAS POR MEIO DE UMA AUDITORIA DESSA DÍVIDA

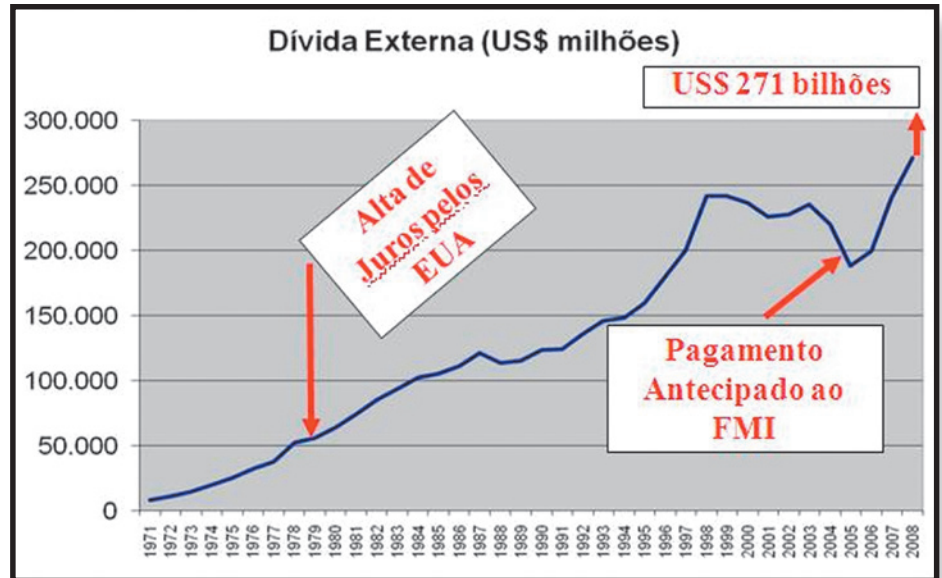
O QUE ESTÁ POR TRÁS DA DÍVIDA INTERNA???

PRIVILÉGIOS AOS ESPECULADORES ✗ Prejuízo para o Banco Central
ACÚMULO DE RESERVAS CAMBIAIS que não rendem quase nada ✗ Crescimento espantoso da Dívida Interna ao custo mais elevado do mundo

Nos últimos anos, os investidores estrangeiros têm trazido seus dólares para o Brasil, em busca dos ganhos decorrentes das altas taxas de juros da dívida interna, além da isenção de Imposto de Renda estabelecida desde 2006 e da total liberdade para a movimentação de capitais. O Banco Central compra estes dólares - acumulando grande quantidade de reservas cambiais, que são aplicadas principalmente em títulos dos EUA, que não rendem quase nada - e entrega aos investidores estrangeiros títulos da dívida interna, sobre os quais incidem as taxas de juros mais elevadas do planeta. Esse movimento

especulativo de entrada de dólares no país tem sido tão significativo que a cotação do dólar tem se desvalorizado fortemente. Tal desvalorização tem provocado grandes danos à indústria nacional exportadora, gerando também grande prejuízo ao Banco Central. **Somente no primeiro semestre de 2009 o prejuízo do Banco Central do Brasil atingiu R\$ 93 bilhões. QUEM PAGA ESSA CONTA? VOCÊ!** Este prejuízo é coberto sem limite pelo Tesouro Nacional, ou seja, com recursos dos tributos que você paga, ou com recursos dos serviços públicos de Saúde, Educação, Segurança, etc, que você deixa de receber.

A DÍVIDA EXTERNA ACABOU???



A Dívida Externa brasileira NÃO acabou, e continua crescendo fortemente nos últimos anos, tendo atingido US\$ 271 bilhões ao final de 2008. A Dívida Externa “Privada” também tem de ser computada, pois tem o aval do governo, historicamente muitas dívidas privadas foram estatizadas e o governo é o responsável pela oferta de moeda estrangeira para as empresas pagarem suas dívidas no exterior, principalmente em uma conjuntura de crise. Também é equivocado o argumento de que o Brasil teria se transformado em “credor externo”, comparando-se o volume da dívida externa com o nível das reservas cambiais (cerca de US\$ 210 bilhões, bem menor que a dívida externa), como se esse fosse o único passivo externo do país.

Nos últimos anos, o governo brasileiro antecipou o pagamento de dívidas externas NÃO VENCIDAS (por

exemplo, a dívida com o FMI de US\$ 15,5 bilhões e resgate antecipados de Bônus Bradies e outros títulos de mais de US\$ 10 bilhões), ao mesmo tempo em que emitia aceleradamente dívida interna e permitia livre ingresso de estrangeiros para adquirir os títulos da “Dívida Interna”. Esse movimento significou, na prática, uma troca de dívida externa por dívida interna, que tem sido muito mais rentável aos investidores que especulam com títulos da dívida pública brasileira.

O mais incrível é que o governo chegou a pagar antecipadamente títulos da dívida externa COM ÁGIO de até 50% em 2008, sendo que a média do ágio pago ficou em torno de 30% no ano. POR QUE O BRASIL PAGOU 130% OU MAIS PELOS TÍTULOS DE SUA DÍVIDA EXTERNA EM 2008, AO MESMO TEMPO EM QUE EMITIU BILHÕES EM TÍTULOS DA DÍVIDA INTERNA E PERMITIU SUA COMPRA POR ESTRANGEIROS?

BRASIL EMPRESTA AO FMI E AOS EUA: PREJUÍZO ÀS CONTAS PÚBLICAS E SALVAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS FALIDAS, ÀS CUSTAS DO POVO BRASILEIRO

Recentemente, o Brasil emprestou US\$ 10 bilhões ao FMI, ajudando a ressuscitar esta instituição, que se encontrava completamente desmoralizada face ao fracasso de suas recomendações e descrédito de seu receituário. O Brasil também tem comprado cada vez mais títulos dos EUA, financiando, portanto, as políticas estadunidenses, como o salvamento de grandes bancos privados, às custas do povo brasileiro.

Longe de representar a “independência do país”,

isto significa, na verdade, que o precioso dinheiro que falta às áreas sociais brasileiras, como saúde e educação, está sendo destinado para fortalecer o Fundo Monetário Internacional e o governo Americano, que sempre recomendaram políticas anti-sociais, como o superávit primário e as privatizações, que com a crise se mostraram ainda mais equivocadas.

CORTAR GASTOS SOCIAIS PARA FINANCIAR OS EUA E O FMI É A PIOR MEDIDA POSSÍVEL PARA ENFRENTAR A CRISE

É POSSÍVEL AUDITAR A DÍVIDA E REDIRECIONAR OS DESTINOS DO BRASIL: CHEGA DE "Brasil de joelhos, sem brios poupados, inerte e inerte, imolado à irresponsabilidade dos que negociaram em seu nome e à cupidez de seus credores..." (trecho de Relatório de Severo Gomes, 1989)

PRECEDENTE INTERNACIONAL: AUDITORIA DA DÍVIDA EQUATORIANA

Em julho de 2007, o Presidente do Equador, Rafael Correa criou a Comissão para a Auditoria Integral da Dívida Pública (CAIC), nomeando representantes da sociedade civil equatoriana e internacional, inclusive a coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli que investigou a dívida contratada com bancos privados internacionais. Amparado nas provas e documentos que fundamentaram o relatório da auditoria, o governo do Equador propôs aos detentores dos títulos Bônus Global 2012 e 2030 a anulação de 70% dessa dívida, tendo obtido a concordância de 91% desses detentores, face às robustas provas de ilegalidades no processo de endividamento com os bancos privados internacionais.

A auditoria da dívida equatoriana constitui um recente precedente que provou a viabilidade da audi-

toria como instrumento eficaz no enfrentamento do problema da dívida. Ademais, constitui um importante exemplo a ser seguido, pois ao invés da submissa posição subordinada às chantagens diárias dos agentes do mercado financeiro, o Equador tomou atitude soberana e colocou os interesses de seu povo acima dos interesses de especuladores.

No Equador, a Auditoria da Dívida já significou a inclusão, na nova Constituição Equatoriana, da impugnação das dívidas ilegítimas, assim como da proibição da estatização de dívidas privadas, configurando como ilegais as práticas de usura e anatocismo (juros sobre juros), principais causas da explosão das dívidas externa e interna no Brasil e em vários outros países. Adicionalmente, a nova Constituição do Equador prevê uma auditoria permanente das dívidas.

ACOMPANHE DIARIAMENTE AS NOTÍCIAS COMENTADAS SOBRE O ENDIVIDAMENTO

A página da Auditoria Cidadã da Dívida na internet (www.divida-auditoriacidada.org.br) conta com uma nova seção, que comenta diariamente as notícias sobre o endividamento, em especial em um momento de crise.

PRECEDENTE HISTÓRICO: AUDITORIA DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA EM 1931

Em 1931, após a Crise de 1929, o presidente Getúlio Vargas determinou a realização de uma auditoria da dívida externa brasileira, tendo descoberto graves irregularidades, o que provocou significativa redução tanto do estoque como do fluxo de pagamentos da dívida, abrindo espaço para a implementação de direitos sociais e trabalhistas no país.

SETEMBRO DE 2009

Coordenação da Auditoria Cidadã da Dívida

SAS, Quadra 5, Lote 7, Bloco N, 1º andar – Brasília – DF – Cep – 70070-939 - Edifício OAB

Telefone (61) 2193-9731 – (61) 8147-1196 - E-mail auditoriacidada@terra.com.br – www.divida-auditoriacidada.org.br

APOIO: Sindicato dos Servidores da Câmara Legislativa e do Tribunal de Contas do DF